

PC-GO

**Delegado -
Substituto**



Editais verticalizados

Polícia Civil - GO

CONHECIMENTOS BÁSICOS

DIREITO PENAL

- 1 Introdução ao direito penal.
 - 1.1 Conceito, caracteres e função do direito penal.
 - 1.2 Princípios básicos do direito penal.
 - 1.3 Relações com outros ramos do direito.
 - 1.4 Direito penal e política criminal.
- 2 A lei penal.
 - 2.1 Características, fontes, interpretação, vigência e aplicação.
 - 2.2 Lei penal no tempo e no espaço.
 - 2.3 Imunidade.
 - 2.4 Condições de punibilidade.
 - 2.5 Concurso aparente de normas.
- 3 Teoria geral do crime.
 - 3.1 Conceito, objeto, sujeitos, conduta, tipicidade, culpabilidade.
 - 3.2 Bem jurídico.
 - 3.3 Tempo e lugar do crime.
 - 3.4 Punibilidade.
 - 3.5 Concurso de crimes e crime continuado.
- 4 Teoria do tipo.
 - 4.1 Crime doloso e crime culposos.
 - 4.2 Crime qualificado pelo resultado e crime preterdoloso.
 - 4.3 Erro de tipo.
 - 4.4 Classificação jurídica dos crimes.
 - 4.5 Crimes comissivos e omissivos.
 - 4.6 Crimes de dano e de perigo.
 - 4.7 Punibilidade: causas de extinção da punibilidade.
 - 4.8 Iter criminis.
 - 4.9 Consumação e tentativa.
 - 4.10 Desistência voluntária e arrependimento eficaz.

- 4.11 Arrependimento posterior.
- 4.12 Crime impossível. 5 Ilícitude.
- 5.1 Causas de exclusão da ilicitude: estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento do dever legal e exercício regular de direito.
- 6 Teoria geral da culpabilidade.
 - 6.1 Fundamentos, conceito, elementos e conteúdo.
 - 6.2 Princípio de culpabilidade.
 - 6.3 Culpabilidade e pena.
 - 6.4 Causas de exclusão da culpabilidade.
 - 6.5 Imputabilidade.
 - 6.6 Erro de proibição.
- 7 Concurso de agentes: autoria e participação; conduta delituosa; resultado; relação de causalidade; imputação.
- 8 Teoria geral da pena.
 - 8.1 Cominação das penas.
 - 8.2 Penas privativas de liberdade.
 - 8.3 Penas restritivas de direitos.
 - 8.4 Regimes de pena.
 - 8.5 Pena pecuniária.
 - 8.6 Medidas de segurança.
 - 8.7 Aplicação da pena.
 - 8.8 Elementares e circunstâncias.
 - 8.9 Causas de aumento e de diminuição das penas.
 - 8.10 Fins da pena.
 - 8.11 Livramento condicional e suspensão condicional da pena.
 - 8.12 Efeitos da condenação.
 - 8.13 Execução penal.
- 9 Extinção da punibilidade.
 - 9.1 Conceito, causas gerais e específicas, momentos de ocorrência.
 - 9.2 Prescrição: conceito, teorias, prazos para o cálculo da prescrição, termos iniciais, causas suspensivas ou impeditivas, causas interruptivas.
- 10 Crimes.
 - 10.1 Crimes contra a pessoa.

- 10.2 Crimes contra o patrimônio.
- 10.3 Crimes contra a propriedade imaterial.
- 10.4 Crimes contra a propriedade intelectual.
- 10.5 Crimes contra a organização do trabalho.
- 10.6 Crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos.
- 10.7 Crimes contra a dignidade sexual.
- 10.8 Crimes contra a família.
- 10.9 Crimes contra a incolumidade pública.
- 10.10 Crimes contra a paz pública.
- 10.11 Crimes contra a fé pública.
- 10.12 Crimes contra a administração pública.
- 10.13 Crimes contra as finanças públicas.
- 10.14 Crimes contra o Estado democrático de direito.
- 11 Disposições constitucionais aplicáveis ao direito penal.
- 12 Entendimento dos tribunais superiores acerca dos institutos de direito penal.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

- 1 Direito processual penal.
 - 1.1 Princípios gerais, conceito, finalidade, características.
 - 1.2 Fontes.
 - 1.3 Lei processual penal: fontes, eficácia, interpretação, analogia, imunidades.
 - 1.4 Sistemas de processo penal.
- 2 Inquérito policial.
 - 2.1 Histórico; natureza; conceito; finalidade; características; fundamentos; titularidade; grau de cognição; valor probatório; formas de instauração; notitia criminis; delatio criminis; procedimentos investigativos; indiciamento; garantias do investigado; conclusão; prazos.
- 3 Processo criminal: finalidade, pressupostos e sistemas.
- 4 Ação penal.
 - 4.1 Conceito, características, espécies e condições.

4.2 Sujeitos do processo: juiz, Ministério Público, acusado e seu defensor, assistente, curador do réu menor, auxiliares da justiça, assistentes, peritos e intérpretes, serventuários da justiça, impedimentos e suspeições.

4.3 Citação, intimação, interdição de direito.

5 Competência.

5.1 Critérios de determinação e modificação.

5.2 Incompetência.

5.3 Conexão e continência.

5.4 Questões e processos incidentes.

6 Juizados especiais criminais.

7 Termo circunstanciado de ocorrência; atos processuais; forma, lugar e tempo.

8 Provas.

8.1 Conceito, objeto, classificação e sistemas de avaliação.

8.2 Princípios gerais da prova, procedimento probatório.

8.3 Valoração.

8.4 Ônus da prova.

8.5 Provas ilícitas.

8.6 Meios de prova: perícias, interrogatório, confissão, testemunhas, reconhecimento de pessoas e coisas, acareação, documentos, indícios.

8.7 Busca e apreensão: pessoal, domiciliar, requisitos, restrições, horários.

8.8 Exame de corpo de delito, da cadeia de custódia e das perícias em geral.

9 Prisão.

9.1 Conceito, espécies, mandado de prisão e cumprimento.

9.2 Prisão em flagrante.

9.3 Prisão temporária.

9.4 Prisão preventiva.

9.5 Princípio da necessidade, prisão especial, liberdade provisória.

9.6 Fiança.

9.7 Medidas cautelares diversas da prisão.

10 Sentença: coisa julgada, habeas corpus, mandado de segu/rança em matéria criminal.

11. Processos dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos.

12. Processo criminal de crimes comuns.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

1. Decreto-Lei n. 3.688/1941 - Lei das Contravenções Penais.
2. Lei n. 1.521/1951 - Lei dos Crimes contra a Economia Popular.
3. Lei n. 2.889/1956 - Lei do Crime de Genocídio.
4. Lei n. 5.250/1967 – Regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação.
5. Decreto-lei n. 201/1967 – Crimes de responsabilidade.
6. Lei n. 5.553/1968 (contravenção penal de retenção de documento de identificação).
7. Lei n. 7.210/1984 – Lei de Execução Penal.
8. Lei nº 7.492/1986 - Lei dos Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional.
9. Lei n. 7.716/1989 - Lei dos Crimes resultantes de Preconceito de Raça ou de Cor.
10. Lei n. 7.960/1989 – Lei de Prisão Temporária.
11. Lei n. 8.069/1990 - Da prática de ato infracional.
12. Da apuração de ato infracional atribuído a adolescente.
13. Da infiltração de agentes de polícia para a investigação de crimes contra a dignidade sexual de criança e de adolescente.
14. Dos Crimes contra a criança e ao adolescente.
15. Lei n. 8.072/1990 - Lei dos Crimes Hediondos.
16. Lei n. 8.078/1990 - Crimes contra o Consumidor.
17. Lei n. 8.137/1990 - Lei dos Crimes contra a Ordem Tributária, Econômica e contra as Relações de Consumo.
18. Lei n. 8.176/1991 – Lei dos crimes contra a ordem econômica.
19. Lei n. 8.666/1993 - Crimes tipificados na Lei das Licitações.
20. Lei n. 9.099/1995 - Lei dos Juizados Especiais Criminais.
21. Lei n. 9.296/1996 - Lei da Interceptação de Comunicações Telefônicas.
22. Lei n. 9.434/1997 - Crimes tipificados na Lei de Transplantes.
23. Lei n. 9.455/1997 - Lei de Tortura.
24. Lei n. 9.503/1997 - Crimes de Trânsito.
25. Lei n. 9.605/1998 - Lei dos Crimes Ambientais.
26. Lei n. 9.613/1998 - Lei da Lavagem de Dinheiro.
27. Lei n. 9.069/1998 – Infrações Penais contra a propriedade intelectual.

28. Lei n. 9.807/1999 – Proteção a vítimas e testemunhas.
29. Lei n. 10.671/2003 - Crimes tipificados no Estatuto de Defesa do Torcedor.
30. Lei n. 10.741/2003 - Crimes tipificados no Estatuto do Idoso.
31. Lei n. 10.826/2003 - Estatuto do Desarmamento.
32. Lei n. 11.101/2005 - Disposições penais da Lei de Falências.
33. Lei n. 11.340/2006 - Lei Maria da Penha.
34. Lei n. 11.343/2006 - Lei de Drogas.
35. Lei n. 12.830/2013 – Lei de Investigação Criminal.
36. Lei n. 12.850/2013 - Lei das Organizações Criminosas.
37. Lei n. 12.965/2014 (Marco civil da Internet).
38. Lei n. 13.146/2015 - Crimes tipificados no Estatuto da Pessoa com Deficiência.
39. Lei n. 13.260/2016 - Lei do Terrorismo.
40. Lei n.º 12.037/2009 – Identificação Criminal do civilmente identificado.
41. Lei n.º 13.431/2017 (Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência).
42. Lei n. 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoas.
43. Lei n. 13.869/2019 - Lei do Abuso de Autoridade.
44. Lei nº 13.964/2019 (Aperfeiçoa a Legislação Penal e Processual Penal).
45. Lei n. 14.344/2022 – Violência doméstica e familiar contra a criança e ao adolescente.

DIREITO ADMINISTRATIVO

- 1 Conceito e fontes do direito administrativo.
 - 1.1 Regime jurídico-administrativo: princípios do direito administrativo.
 - 1.2 Princípios da Administração Pública.
- 2 Administração Pública: organização, descentralização, desconcentração, órgãos públicos.
- 3 Administração indireta e entidades paralelas.
- 4 Atos administrativos.
 - 4.1 Conceitos, requisitos, elementos, pressupostos e classificação.

- 4.2 Fato e ato administrativo.
- 4.3 Atos administrativos em espécie.
- 4.4 O silêncio no direito administrativo.
- 4.5 Cassação.
- 4.6 Revogação e anulação.
- 4.7 Processo administrativo.
- 4.8 Fatos da administração pública: atos da administração pública e fatos administrativos.
- 4.9 Formação do ato administrativo: elementos, procedimento administrativo.
- 4.10 Validade, eficácia e autoexecutoriedade do ato administrativo.
- 4.11 Atos administrativos simples, complexos e compostos.
- 4.12 Atos administrativos unilaterais, bilaterais e multilaterais.
- 4.13 Atos administrativos gerais e individuais.
- 4.14 Atos administrativos vinculados e discricionários.
- 4.15 Mérito do ato administrativo, discricionariedade.
- 4.16 Ato administrativo inexistente.
- 4.17 Teoria das nulidades no direito administrativo.
- 4.18 Atos administrativos nulos e anuláveis.
- 4.19 Vícios do ato administrativo.
- 4.20 Teoria dos motivos determinantes.
- 4.21 Revogação, anulação e convalidação do ato administrativo.
- 5 Poderes da administração pública.
 - 5.1 Hierarquia: poder hierárquico e suas manifestações.
 - 5.2 Poder disciplinar.
 - 5.3 Poder de polícia.
 - 5.4 Liberdades públicas e poder de polícia.
- 6 Serviços públicos: regulação, concessão, permissão e autorização do serviço público.
- 7 Intervenção do Estado sobre a propriedade privada.
 - 7.1 Intervenção do Estado no domínio econômico.
- 8 Bens públicos.
 - 8.1 Regime jurídico.
 - 8.2 Aquisição e alienação dos bens públicos.

- 8.3 Formas de utilização dos bens públicos pelos particulares.
- 9 Licitações: modalidades e procedimentos.
- 10 Contratos administrativos.
- 11 Convênios e consórcios administrativos.
- 12 Controle e responsabilização da administração: controle administrativo, controle judicial, controle legislativo.
- 13 Agentes públicos: espécies e classificação.
 - 13.1 Cargo, emprego e função públicos.
 - 13.2 Formas de provimento e vacância dos cargos públicos.
 - 13.3 Responsabilidade civil, penal e administrativa.
- 14 Sistemas administrativos: sistema inglês, sistema francês e sistema adotado no Brasil.
- 15 Administração pública.
 - 15.1 Administração Pública em sentido amplo e em sentido estrito.
 - 15.2 Administração Pública em sentido objetivo e em sentido subjetivo.
- 16 Regime jurídico-administrativo.
 - 16.1 Conceito.
 - 16.2 Conteúdo: supremacia do interesse público sobre o privado e indisponibilidade, pela Administração, dos interesses públicos.
 - 16.3 Princípios expressos e implícitos da administração pública.
 - 16.4 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.
- 17 Agências reguladoras.
- 18 Processo administrativo.
 - 18.1 Lei estadual nº 13.800/2001.
- 19 Poderes e deveres da administração pública.
 - 19.1 Poder regulamentar.
 - 19.2 Dever de agir.
 - 19.3 Dever de eficiência.
 - 19.4 Dever de probidade.
 - 19.5 Dever de prestação de contas.
 - 19.6 Uso e abuso do poder.
 - 19.7 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.

- 20 Lei nº 8.987/1995 (regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos).
- 21 Lei nº 11.079/2004 (parceria público-privada).
- 21.1 Disposições doutrinárias.
- 21.2 Conceito.
- 21.3 Delegação: concessão, permissão e autorização.
- 22 Lei nº 10.520/2002 e demais disposições normativas relativas ao pregão.
- 23 Contratação direta: dispensa e inexigibilidade.
- 24 Modalidades.
- 25 Tipos.
- 26 Procedimento.
- 27 Anulação e revogação.
- 28 Improbidade administrativa.
- 29 Processo Administrativo Disciplinar da Lei estadual n. 20.756/2020.

DIREITO CONSTITUCIONAL

- 1 Direito constitucional.
- 1.1 Noções gerais, ciclos constitucionais.
- 2 Classificações das constituições.
- 3 Poder constituinte.
- 3.1 Fundamentos do poder constituinte.
- 3.2 Poder constituinte originário e derivado.
- 3.3 Reforma e revisão constitucionais.
- 3.4 Limitação do poder de revisão.
- 3.5 Emendas à Constituição.
- 3.6 Poder constituinte e revolução.
- 4 Controle de constitucionalidade.
- 4.1 Conceito e sistemas de controle de constitucionalidade.
- 4.2 Inconstitucionalidade: por ação e por omissão.

- 4.3 Sistema brasileiro de controle de constitucionalidade.
- 4.4 Arguição de descumprimento de preceitos fundamentais.
- 4.5 O fenômeno Jurídico da desconstitucionalização.
- 5 Interpretação constitucional.
- 6 Direitos e deveres fundamentais.
 - 6.1 Direitos e deveres individuais e coletivos.
 - 6.2 Direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.
 - 6.3 Direitos sociais, nacionalidade, cidadania e direitos políticos.
 - 6.4 Partidos políticos.
 - 6.5 Garantias constitucionais individuais.
 - 6.6 Garantias dos direitos coletivos, sociais e políticos.
 - 6.7 Remédios do direito constitucional.
 - 6.8 Direitos Sociais e sua efetivação.
 - 6.9 Tratados Internacionais de Direitos Humanos e sua posição no ordenamento jurídico brasileiro.
- 7 Poder legislativo: fundamento, atribuições e garantias de independência.
- 8 Processo legislativo: fundamento e garantias de independência, conceito, objetos, atos e procedimentos.
 - 9.1 Forma e sistema de governo.
 - 9.2 Chefia de Estado e chefia de governo.
 - 9.3 Atribuições e responsabilidades do presidente da República.
- 10 Poder judiciário.
- 11 Funções essenciais à Justiça.
- 12 Defesa do Estado e das instituições democráticas.
 - 12.1 Segurança Pública.
 - 12.2 Organização da segurança pública.
- 13 Atribuições constitucionais da Polícia Judiciária.
- 14 Ordem social.
- 15 Tratados e Convenções.
 - 15.1 Convenção de Mérida.
 - 15.2 Convenção de Palermo.
 - 15.3 Convenção de Viena.
 - 15.4 Pacto de São José da Costa Rica.

- 15.5 Tratado de Roma.
- 16 Conceito, objeto, elementos e classificações da Constituição. História das Constituições. Supremacia da Constituição. Aplicabilidade das normas constitucionais. Neoconstitucionalismo. Poder constituinte decorrente.
- 17 Organização do Estado.
 - 17.1 Organização político-administrativa.
 - 17.2 Estado federal brasileiro.
 - 17.3 A União.
 - 17.4 Estados federados.
 - 17.5 Municípios.
 - 17.6 O Distrito Federal.
 - 17.7 Territórios.
- 18 Administração pública.
 - 18.1 Disposições gerais.
 - 18.2 Servidores públicos.
- 19 Organização dos poderes no Estado.
 - 19.1 Mecanismos de freios e contrapesos.
- 20 Comissões parlamentares de inquérito.
- 21 Organização e competências.
- 22 Conselho Nacional de Justiça (CNJ).
- 23 Funções essenciais à justiça.
 - 23.1 Ministério Público. Princípios, garantias, vedações, organização e competências. Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).
- 24 Sistema Tributário Nacional. Princípios gerais.
 - 24.1 Limitações do poder de tributar.
 - 24.2 Impostos da União, dos Estados e dos municípios.
 - 24.3 Repartição das receitas tributárias.
- 25 Finanças públicas.
 - 25.1 Normas gerais.
- 26 Ordem econômica e financeira.
 - 26.1 Princípios gerais da atividade econômica.
 - 26.2 Política urbana, agrícola e fundiária e reforma agrária.
- 27 Sistema Financeiro Nacional.

CRIMINOLOGIA

- 1 Criminologia. 1.1 Conceito.
- 1.2 Métodos: empirismo e interdisciplinaridade.
- 1.3 Objetos da criminologia: delito, delinquente, vítima, controle social.
- 2 Funções da criminologia.
 - 2.1 Criminologia e política criminal.
 - 2.2 Direito penal.
- 3 Modelos teóricos da criminologia.
 - 3.1 Teorias sociológicas.
 - 3.2 Prevenção da infração penal no Estado democrático de direito.
 - 3.3 Prevenção primária.
 - 3.4 Prevenção secundária.
 - 3.5 Prevenção terciária.
 - 3.6 Modelos de reação ao crime.

MEDICINA LEGAL

- 1 Conceitos importâncias e divisões da Medicina Legal.
- 2 Corpo de Delito, perícia e peritos em Medicina Legal.
- 3 Documentos Médico-Legais.
 - 3.1 Conceitos de identidade, de identificação e de reconhecimento.
- 4 Principais métodos de identificação.
- 5 Lesões e mortes por ação contundente, por armas brancas e por projéteis de arma de fogo comuns e de alta energia.
- 6 Conceito e diagnóstico da morte.
 - 6.1 Fenômenos cadavéricos.
 - 6.2 Cronotanatognose, comoriência e promoriência.

- 6.3 Exumação.
- 6.4 Causa jurídica da morte.
- 6.5 Morte súbita e morte suspeita.
- 7 Exame de locais de crime.
- 7.1 Aspectos médico-legais das toxicomanias e da embriaguez.
- 7.2 Lesões e morte por ação térmica, por ação elétrica, por baropatias e por ação química.
- 8 Aspectos médico-legais dos crimes contra a liberdade sexual.
- 9 Asfixias por constrição cervical, por sufocação, por restrição aos movimentos do tórax e por modificações do meio ambiente.
- 10 Aspectos médico-legais do aborto, infanticídio e abandono de recém-nascido.
- 11 Modificadores e avaliação pericial da imputabilidade penal e da capacidade civil.
- 11.1 Doença mental, desenvolvimento mental incompleto ou retardado, perturbação mental.
- 12 Aspectos médico legais do testemunho, da confissão e da acareação.
- 13 Aspectos médico-legais das lesões corporais e dos maus-tratos a menores e idosos.

DIREITO CIVIL E EMPRESARIAL

- 1 Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.
- 2 Pessoa natural.
- 3 Pessoa jurídica.
- 4 Personalidade.
- 5 Domicílio e residência.
- 6 Bens, diferentes classes de bens.
- 7 Fato Jurídico.
- 7.1 Atos Jurídicos Lícitos e Ilícitos.
- 7.2 Negócio Jurídico.
- 7.3 Prescrição e decadência.
- 8 Posse.
- 8.1 Classificação, aquisição, efeitos e perda.

- 8.2 Propriedade: aquisição e perda da propriedade.
- 8.3 Direito real sobre coisa alheia.
- 9 Responsabilidade civil.
 - 9.1 Teoria da culpa e do risco.
- 10 Direito Empresarial.
 - 10.1 Origem; evolução histórica; autonomia; fontes; características.
 - 10.2 Empresário: caracterização; inscrição; capacidade; teoria da empresa e seus perfis.
- 11 Teoria geral dos títulos de crédito.
 - 11.1 Títulos de crédito: letra de câmbio; cheque; nota promissória; duplicata.
 - 11.2 Aceite; aval; endosso; protesto; prescrição.
 - 11.3 Ações cambiais.
- 12 Espécies de empresa.
 - 12.1 Responsabilidade dos sócios.
 - 12.2 Distribuição de lucros.
 - 12.3 Sócio oculto.
 - 12.4 Segredo comercial.
- 13 Teoria geral do direito societário.
 - 13.1 Conceito de sociedade; personalização da sociedade.
 - 13.2 Classificação das sociedades: sociedades não personificadas; sociedades personificadas; sociedade simples; sociedade em nome coletivo; sociedade em comandita simples; sociedade em comandita por ações; sociedade cooperada; sociedades coligadas.
 - 13.3 Liquidação; transformação; incorporação; fusão; cisão; sociedades dependentes de autorização.
 - 13.4 Sociedade limitada; sociedade anônima.
 - 13.5 Estabelecimento empresarial.
 - 13.6 Recuperação judicial; recuperação extrajudicial; falência do empresário e da sociedade empresária.
 - 13.7 Institutos complementares do direito empresarial: registro; nome; prepostos; escrituração; propriedade industrial.

14 Sistema Financeiro Nacional: constituição; competência das entidades integrantes; instituições financeiras públicas e privadas; liquidação extrajudicial de instituições financeiras; sistema financeiro da habitação.

15 Títulos de crédito: atributos gerais; integração das leis uniformes de Genebra no direito brasileiro; nota promissória, duplicata; cheque.

DIREITO ELEITORAL

1 Lei Federal nº 4.737/1965 e suas alterações (Código Eleitoral).

1.1 Introdução.

1.2 Órgãos da justiça eleitoral.

1.2.1 Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

1.2.2 Tribunais Regionais Eleitorais.

1.2.3 Juízes eleitorais e juntas eleitorais: composição, competências e atribuições.

1.3 Alistamento eleitoral: qualificação e inscrição, cancelamento e exclusão.

2 Lei Federal nº 9.504/1997.

2.1 Disposições gerais.

2.2 Coligações.

2.3 Convenções para escolha de candidatos.

2.4 Registro de candidatos.

2.5 Sistema eletrônico de votação e totalização dos votos.

3 Lei Federal nº 9.096/1995.

3.1 Disposições preliminares.

3.2 Filiação partidária.

4 Resolução do TSE nº 21.538/2003.

4.1 Alistamento eleitoral.

4.2 Transferência de domicílio eleitoral.

4.3 Segunda via da inscrição.

4.4 Restabelecimento de inscrição cancelada por equívoco.

4.5 Formulário de atualização da situação do eleitor.

- 4.6 Título eleitoral.
- 4.7 Acesso às informações constantes do cadastro.
- 4.8 Restrição de direitos políticos.
- 4.9 Revisão do eleitorado.
- 4.10 Justificação do não comparecimento à eleição (com a alteração do Acórdão do TSE nº 649/2005).
- 5. Lei Federal n. 6.091/1974.

DIREITO TRIBUTÁRIO

- 1 O Estado e o poder de tributar.
- 2 Direito tributário: conceito e princípios.
- 3 Tributo: conceito e espécies.
- 4 O Código Tributário Nacional.
- 5 Normas gerais de direito tributário.
- 6 Obrigação tributária.
 - 6.1 Conceito e espécies.
 - 6.2 Fato gerador (hipótese de incidência).
 - 6.3 Sujeitos ativo e passivo.
 - 6.4 Solidariedade.
 - 6.5 Capacidade tributária.
 - 6.6 Domicílio tributário.
- 7 Crédito tributário.
 - 7.1 Conceito.
 - 7.2 Natureza.
 - 7.3 Lançamento.
 - 7.4 Revisão.
 - 7.5 Suspensão, extinção e exclusão.
 - 7.6 Prescrição e decadência.
 - 7.7 Repetição do indébito.
- 8 Responsabilidade tributária.

- 8.1 Responsabilidade por dívida própria e por dívida de outrem.
- 8.2 Solidariedade e sucessão.
- 8.3 Responsabilidade pessoal e de terceiros.
- 8.4 Responsabilidade supletiva.
- 9 Sistema Tributário Nacional.
- 9.1 Princípios gerais.
- 9.2 Limitações ao poder de tributar.
- 10 Os tributos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios.
- 11 Processo judicial tributário.
- 11.1 Execução fiscal.
- 11.1.1 Exceção de pré- executividade.
- 11.1.2 Embargos do executado.
- 11.2 Ação anulatória de débito fiscal.
- 12 Ilícito tributário: ilícito administrativo tributário, ilícito penal tributário, crimes contra a ordem tributária.

DIREITO AMBIENTAL

- 1 Princípios do Direito Ambiental.
- 2 A Constituição Federal e o meio ambiente.
- 3 A legislação brasileira florestal (Leis nº 12.651/2012, 11.428/2006, 11.284/2006 e regulamentos).
- 4 A legislação brasileira de unidades de conservação (Lei nº 9.985/2000 e regulamentos).
- A Proteção e a conservação da biodiversidade.
- A Lei nº 11.516/2007.
- 5 Poder de Polícia Ambiental. Crimes e infrações administrativas contra o meio ambiente (Lei nº 9.605/1998 e regulamentos). Procedimento administrativo para apuração de infrações ambientais (Decreto nº 6.514/2008). Licenciamento ambiental (LC nº 140/2011, Lei nº 6.938/1981, RESOLUÇÃO CONAMA nº 428/2010 e regulamentos).

6 Organizações dos Sistemas Nacionais de Meio Ambiente e de Unidades de Conservação (SISNAMA e SNUC).

Instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981).

Proteção e conservação da biodiversidade. Legislação e tratados para a proteção às espécies ameaçadas.

Biossegurança e controle de Organismos Geneticamente Modificados (OGM).

7 Responsabilidade ambiental: conceito de dano e reparação ambiental.

DIREITOS HUMANOS

1. Constituição Federal Brasileira (1988).

2. Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU - 1948).

3. Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes (1984).

4. Teoria Geral dos Direitos Humanos: conceito, terminologia, estrutura normativa, fundamentação;

5. Afirmção histórica dos direitos humanos;

6. Garantias processuais dos Direitos Humanos, Interpretação e Aplicação dos Tratados Internacionais de Proteção aos Direitos Humanos.

7. A Natureza Jurídica da incorporação de normas internacionais sobre Direitos Humanos ao direito interno brasileiro.

8. Declaração Universal dos Direitos Humanos.

9. Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes (Decreto nº 40/1991).

10. Lei nº 13.060/2014.

11. Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei (Resolução da ONU nº 34/169 de 1979).

12. Pacto de São José da Costa Rica e Decreto nº 678/1992

REALIDADE ÉTNICA, SOCIAL, HISTÓRICA, GEOGRÁFICA, CULTURAL, POLÍTICA E ECONÔMICA DO ESTADO DE GOIÁS:

1 Formação econômica de Goiás: a mineração no século XVIII, a agropecuária nos séculos XIX e XX, a estrada de ferro e a modernização da economia goiana, as transformações econômicas com a construção de Goiânia e Brasília, industrialização, infraestrutura e planejamento.

2 Modernização da agricultura e urbanização do território goiano.

3 População goiana: povoamento, movimentos migratórios e densidade demográfica.

4 Economia goiana: industrialização e infraestrutura de transportes e comunicação.

5 As regiões goianas e as desigualdades regionais. 6 Aspectos físicos do território goiano: vegetação, hidrografia, clima e relevo.

6 Aspectos da história política de Goiás: a independência em Goiás, o coronelismo na República Velha, as oligarquias, a Revolução de 1930, a administração política de 1930 até os dias atuais.

7 Aspectos da História Social de Goiás: o povoamento branco, os grupos indígenas, a escravidão e cultura negra, os movimentos sociais no campo e a cultura popular.

8 Atualidades econômicas, políticas e sociais do Brasil, especialmente do Estado de Goiás.

CANAIS

Já nas redes sociais, você pode contar com o nosso apoio em canais atualizados diariamente, oferecem notícias completas e conteúdos direcionados sobre concursos de todo o Brasil. Fique ligado!



BONS ESTUDOS!